

Cisa  
Trading S.A.

**Demonstrações Financeiras  
em 31 de dezembro de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Administradores e Acionistas da**

**Cisa Trading S.A.**

**Vitória - ES**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cisa Trading S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cisa Trading S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



Katia Dantas  
Contador CRC 1SP188864/O-3

## Cisa Trading S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017			2018	2017		
<b>Ativo</b>						<b>Passivo</b>					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	104.367	5.128	109.227	48.564	Empréstimos e financiamentos	14	501.584	463.438	501.584	463.438
Títulos e valores mobiliários	5	-	45.104	-	12.712	Fornecedores	15	258.133	263.691	265.598	263.770
Contas a receber	6	484.943	530.331	492.395	531.135	Adiantamentos de clientes	16	71.549	37.482	71.549	37.482
Partes relacionadas	10	205	595	-	-	Dividendos a pagar	20	31.557	24.624	31.557	24.624
Estoques	7	324.598	309.740	324.598	309.740	Obrigações tributárias	17	26.608	15.064	26.785	15.079
Instrumentos Financeiros derivativos	22	15.758	612	15.758	612	Instrumentos financeiros derivativos	22	1.509	5.548	1.509	5.548
Impostos a recuperar	8	22.561	22.638	23.307	23.267	Outros passivos	18	19.237	14.720	19.504	14.859
Outros créditos	9	94.400	36.466	94.584	36.466						
Despesas pagas antecipadamente		693	830	723	857						
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.047.525</b>	<b>951.444</b>	<b>1.060.592</b>	<b>963.353</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>910.177</b>	<b>824.567</b>	<b>918.086</b>	<b>824.800</b>
<b>Não circulante</b>						<b>Não circulante</b>					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a	10.082	17.244	10.082	17.244	Empréstimos e financiamentos	14	9.837	18.004	9.837	18.004
Outros créditos	9	8.413	8.402	28.972	25.950	Provisão para demandas judiciais	19	67.953	92.006	67.053	91.106
Impostos a recuperar	8	783	783	1.310	1.101	Obrigações tributárias	17	29.824	29.149	29.824	29.149
Depósitos judiciais	19	82.656	80.760	83.642	82.041	Outros passivos	18	13.861	15.474	15.826	17.438
Investimentos	12	154.367	152.332	102.939	97.544	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>121.475</b>	<b>154.633</b>	<b>122.540</b>	<b>155.697</b>
Propriedades para investimento	13	-	-	21.839	22.653	<b>Patrimônio líquido</b>	20				
Imobilizado		16.805	24.020	20.222	26.393	Capital social		61.550	61.550	61.550	61.550
Intangível		833	2.471	840	2.474	Reservas de lucros		196.706	172.082	196.706	172.082
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>273.939</b>	<b>286.012</b>	<b>269.846</b>	<b>275.400</b>	Proposta de distribuição de dividendos adicionais		31.556	24.624	31.556	24.624
<b>Total do ativo</b>		<b>1.321.464</b>	<b>1.237.456</b>	<b>1.330.438</b>	<b>1.238.753</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>289.812</b>	<b>258.256</b>	<b>289.812</b>	<b>258.256</b>
						<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.321.464</b>	<b>1.237.456</b>	<b>1.330.438</b>	<b>1.238.753</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Cisa Trading S.A.

### Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	21.a	2.920.842	2.070.690	2.930.191	2.072.540
Custo dos produtos vendidos	21.b	(2.610.844)	(1.884.305)	(2.613.394)	(1.885.208)
Custo dos serviços prestados	21.b	<u>(52.308)</u>	<u>(37.336)</u>	<u>(52.308)</u>	<u>(37.336)</u>
		<u>(2.663.152)</u>	<u>(1.921.641)</u>	<u>(2.665.702)</u>	<u>(1.922.544)</u>
Lucro bruto das vendas e prestações de serviços		257.690	149.049	264.489	149.996
Despesas comerciais	21.b	(15.300)	(12.312)	(15.300)	(12.312)
Despesas gerais e administrativas	21.b	(92.852)	(95.160)	(94.788)	(97.169)
Despesas tributárias	21.b	(9.729)	(13.816)	(9.871)	(14.001)
Resultado de equivalência patrimonial	12	1.535	(4.143)	1.506	(1.691)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21.b	<u>29.872</u>	<u>71.267</u>	<u>29.328</u>	<u>70.325</u>
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		171.216	94.885	175.364	95.148
Resultado financeiro, líquido	21.c	<u>(76.663)</u>	<u>(17.219)</u>	<u>(80.822)</u>	<u>(17.628)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		94.553	77.666	94.542	77.520
Imposto de renda e contribuição social	11.b	<u>(31.440)</u>	<u>(28.418)</u>	<u>(31.429)</u>	<u>(28.272)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>63.113</u>	<u>49.248</u>	<u>63.113</u>	<u>49.248</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Cisa Trading S.A.

### Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2018	2017	2018	2017
Lucro líquido do exercício	63.113	49.248	63.113	49.248
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	<u>63.113</u>	<u>49.248</u>	<u>63.113</u>	<u>49.248</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



## Cisa Trading S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Reservas de lucro								
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reservas estatutárias	Reserva para contingência	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>61.550</b>	<b>12.310</b>	<b>40.000</b>	<b>107.682</b>	-	<b>12.090</b>	<b>233.632</b>
Dividendos adicionais	20							
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	49.248	-	49.248
Destinação do lucro:								
Transferência para reserva para contingência	20	-	-	-	12.090	-	(12.090)	
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(24.624)	-	(24.624)
Proposta de distribuição de dividendos	20	-	-	-	-	(24.624)	24.624	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>61.550</b>	<b>12.310</b>	<b>40.000</b>	<b>119.772</b>	-	<b>24.624</b>	<b>258.256</b>
Dividendos adicionais	20							
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	63.113	-	63.113
Destinação do lucro:								
Transferência para reserva para contingência	20	-	-	-	24.624	-	(24.624)	
Dividendos mínimos obrigatórios	20	-	-	-	-	(31.557)	-	(31.557)
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	20	-	-	-	-	(31.556)	31.556	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>61.550</b>	<b>12.310</b>	<b>40.000</b>	<b>144.396</b>	-	<b>31.556</b>	<b>289.812</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Cisa Trading S.A

### Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	94.553	77.666	94.542	77.520
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliar o lucro antes do imposto com o fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Provisão de imposto de renda e contribuição social sobre parcelamento de tributos - PERT	-	(21.645)	-	(21.645)
Depreciação e amortização	8.029	7.035	8.177	7.183
Varição no saldo de propriedade para investimento	-	-	814	85
Valor líquido da baixa do ativo imobilizado e intangível	1.377	369	1.537	302
Resultado de equivalência patrimonial	12 (1.535)	4.143	(1.506)	1.691
(Reversão) provisão para perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber	6 21.b 1.750	(1.375)	1.887	(1.375)
(Reversão) provisão para demandas judiciais	19 21.b (24.053)	27.005	(24.053)	27.005
Redução com Parcelamentos de Tributos - PERT	-	(70.152)	-	(70.152)
Juros e variações monetárias sobre parcelamento	21.c 5.469	6.265	5.469	6.265
Rendimento de títulos e valores mobiliários não resgatados	(367)	(2.052)	(376)	(2.447)
Provisão para perda de outros créditos	9 21.b -	-	-	-
Varição cambial sobre afiliadas no exterior	(3.340)	(494)	-	-
	81.883	26.765	86.491	24.432
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber	43.638	(79.933)	36.853	(84.544)
Partes relacionadas	390	(382)	-	-
Estoques	(14.858)	(85.404)	(14.858)	(85.404)
Outros créditos	(57.945)	(3.976)	(61.140)	(631)
Depósitos judiciais	(1.896)	(20.939)	(1.601)	(21.924)
Impostos a recuperar	77	6.359	(249)	6.036
Outros ativos	137	7.519	134	7.518
Fornecedores	(5.558)	53.349	1.828	53.260
Instrumento financeiro derivativos	(19.185)	4.936	(19.185)	4.936
Adiantamento de clientes	34.067	(7.701)	34.067	(7.766)
Obrigações tributárias	(650)	(65.381)	(393)	(65.205)
Dividendos recebidos	203	1.002	-	-
Outros passivos	2.904	(5.619)	3.033	(4.684)
Imposto de renda e contribuição pagos	(16.877)	(4.371)	(16.961)	(4.496)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	46.329	(173.776)	48.018	(178.472)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(553)	(5.007)	(1.909)	(5.193)
Aquisição de participação societária/aporte de capital em investida	(4.663)	(11.933)	(3.889)	(10.498)
Baixa de participação societária/aporte de capital em investida	7.300	70	-	-
Resgates de títulos e valores mobiliários, líquidos	45.471	52.817	13.088	2.620
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	47.555	35.947	7.290	(13.071)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de empréstimos	1.395.363	1.064.082	1.395.363	1.064.082
Pagamento de empréstimos (principal e juros)	(1.365.384)	(935.346)	(1.365.384)	(935.346)
Dividendos pagos	20 (24.624)	(12.090)	(24.624)	(12.090)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	5.355	116.646	5.355	116.646
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	99.239	(21.183)	60.663	(74.897)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.128	26.311	48.564	123.461
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	104.367	5.128	109.227	48.564
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	99.239	(21.183)	60.663	(74.897)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

#### **Cisa Trading S.A.**

A Cisa Trading S.A. (“Companhia” ou “Cisa”), situada na avenida Nossa Senhora da Penha, 699 - 9º andar - Vitória -ES, atua como importadora de produtos em geral, nas modalidades de importações, por conta própria, por encomenda e por conta e ordem, com contratos previamente celebrados com seus clientes.

A Cisa possui os seguintes investimentos:

#### **Cisa Overseas Limited (“Cisa Overseas”) e Cisa Trading Portugal S.A (“Cisa Portugal”).**

As referidas controladas foram constituídas para apoiar as atividades da Companhia no exterior.

#### **Cisa Comércio e Serviços S.A. (“Cisa Comércio”)**

A Cisa Comércio foi constituída em 20 de agosto de 1998 tem como objeto social a distribuição e comércio atacadista de quaisquer bens e mercadorias, nacionais e importadas, incluindo produtos primários, semielaborados, manufaturados e/ou industrializados, atuando como, mas não se limitando a centro de distribuição.

Adicionalmente, alterou parcialmente o estatuto social em atendimento aos novos negócios, bem como as novas perspectivas da gestão de administração da Companhia. O novo estatuto alterou o objeto social que incluiu operações comerciais no mercado interno e externo por conta própria ou de terceiros, importação e exportação, comércio e distribuição de quaisquer produtos semi elaborados, manufaturados e ou industrializados, dentre eles especificamente partes, peças, acessórios, insumos, componentes e material de uso e consumo empregado na fabricação de veículos automotores, maquinas e equipamentos.

#### **Cisafac Corretagem de Seguros e Agenciamento de Cargas S.A. (“Cisafac”)**

A Cisafac foi constituída em 1º de agosto de 1998, tendo como objetivo, a administração e corretagem de seguros de ramos elementares, tais como: seguros de incêndio, transportes (terrestre, marítimo, fluvial e aéreo), cascos e aeronáuticos, lucros cessantes, seguros de responsabilidade civil em geral, veículos, equipamentos de informática, cosméticos e bens de capital e agenciamentos de cargas em geral.

#### **Cisarental Administração de Bens Ltda. (“Cisarental”)**

A Cisarental foi constituída em 2 de dezembro de 2013 e atua na compra e venda de imóveis residenciais e/ou comerciais, terrenos e frações ideais, na locação e administração de bens imóveis próprios ou de terceiros, na prestação de serviços de consultoria relativos ao mercado imobiliário e arrendamento de bens móveis próprios ou de terceiros e equipamentos em gerais, nacionais ou importados.

### **Steel Warehouse Cisa Indústrias de Aço Ltda. (“SW Cisa”)**

A SW Cisa tem como objeto social a fabricação de produtos de metal, especialmente a laminação de acabamento e encruamento de metais a frio, com cilindros liso, com corte no comprimento; a operação de um centro de beneficiamento de aço com foco em chapas e planos laminados, compreendendo o processamento, nivelamento, corte de precisão e outros serviços relacionados a chapas de aço e bobinas, e a prestação de serviços técnicos a eles relacionados.

A SW Cisa possui controle compartilhado com participação de 50% para cada sócio.

## **2 Base de preparação**

### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 26 de março de 2019.

### **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

### **Moeda funcional**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo.

#### ***a. Transações e saldos***

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são registradas na demonstração do resultado.

#### ***b. Empresas do grupo***

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa média.

## **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

### **Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

### **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

### **Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso, conforme mencionado na Nota 3.9.

### **Impostos**

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras pelo nível de julgamento requerido e análise pela administração das estimativas.

**Mudanças nas principais políticas contábeis**

A Companhia aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

Devido aos métodos de transição escolhidos pela Companhia na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações financeiras não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas em função de não ser relevantes.

**c. *CPC 47 Receita de contrato com cliente***

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas, o CPC 17- Contratos de Construção e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

De acordo com o CPC 30 a receita operacional de venda de bens no curso normal das atividades era medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional era reconhecida quando existia evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens fossem transferidos para o comprador, de que era provável que os benefícios econômicos financeiros fluíram para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias poderiam ser estimados de maneira confiável, de que não havia envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional podia ser mensurado de maneira confiável. Caso fosse provável que descontos seriam concedidos e o valor pudesse ser mensurado de maneira confiável, então o desconto era reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas fossem reconhecidas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida à medida em que seja altamente provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada.

Pelas características das operações de vendas da Companhia e pelo tratamento já adotado anteriormente no reconhecimento da receita, não foram identificados impactos na adoção do CPC 47 pois a transferência de controle dos produtos da Companhia aos clientes ocorre no mesmo momento em que os riscos e benefícios eram transferidos aos clientes quando da adoção do CPC 30. Além disso, com raras exceções, não há contraprestações variáveis nas operações de vendas.

**d. *CPC 48 Instrumentos Financeiros***

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substituiu o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

(i) *Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros*

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros:

Mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.

A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a ativos e passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos (para derivativos que são usados como instrumentos de hedge).

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

Controladora	Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil original de acordo com o CPC 38	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	5.128	5.128
Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	45.104	45.104
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	530.331	530.331
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	612	612
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	36.466	36.466
<b>Total</b>			<b>617.641</b>	<b>617.641</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	481.442	481.442
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	5.548	5.548
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	263.691	263.691
<b>Total</b>			<b>750.681</b>	<b>750.681</b>

<b>Consolidado</b>	<b>Classificação original de acordo com o CPC 38</b>	<b>Nova classificação de acordo com o CPC 48</b>	<b>Valor contábil original de acordo com o CPC 38</b>	<b>Novo valor contábil de acordo com o CPC 48</b>
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	48.564	48.564
Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	12.712	12.712
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	531.135	531.135
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	612	612
Outros créditos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	<u>36.466</u>	<u>36.466</u>
<b>Total</b>			<b><u>629.489</u></b>	<b><u>629.489</u></b>
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	481.442	481.442
Instrumentos financeiros	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado	5.548	5.548
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	<u>263.770</u>	<u>263.770</u>
<b>Total</b>			<b><u>750.760</u></b>	<b><u>750.760</u></b>

(ii) *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 substituiu o modelo de ‘perdas incorridas’ da IAS 39 por um modelo de perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

### 3 Políticas contábeis

#### 3.1 Base de consolidação

Em atendimento ao CPC 36 (R2) - Demonstrações Consolidadas estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2018, apresentadas abaixo:

Razão social	País-sede	Participação		Controle	Consolidação integral
		2018	2017		
Cisa Comércio e Serviços S.A.	Brasil	99,99%	99,99%	Sim	Sim
Cisafac Corret. Seg. Agenc. de Cargas S.A.	Brasil	99,98%	99,98%	Sim	Sim
Cisarental Administração de Bens Ltda.	Brasil	99,90%	99,90%	Sim	Sim
Cisa Trading Argentina S.A. (i)	Argentina	-	96,73%	Sim	Sim
Cisa Overseas Limited	Ilhas Cayman	100,00%	100,00%	Sim	Sim
Cisa Trading USA LLC (i)	USA	-	100,00%	Sim	Sim
Cisa Trading Portugal S.A	Portugal	100,00%	100,00%	Sim	Sim

O controle da Companhia sobre as controladas está evidenciado pela participação societária e pela preponderância na deliberação sobre as atividades operacionais das destas.



- (i) As controladas Cisa Trading USA LLC e Cisa Trading Argentina S.A encerraram suas atividades durante o ano de 2018.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da Controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as Empresas; e
- Apuração dos tributos sobre a parcela dos lucros não realizados, quando aplicável, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.

A Companhia possui sócios minoritários nas controladas Cisa Comércio e Serviços S.A., Cisafac Corret. Seg. Agenc. de Cargas S.A., Cisarental Administração de Bens Ltda., e Cisa Trading Argentina S.A., dessa forma, em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Companhia efetuou a consolidação integral, porém não incluiu no patrimônio líquido e no resultado do exercício o valor correspondente à participação de acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas devido à imaterialidade.

### **3.2 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

#### *Ativos financeiros*

##### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos, contas a receber, partes relacionadas e depósitos judiciais.

##### *Classificação e mensuração subsequente*

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### *Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

#### *Custo amortizado*

Esses ativos são subsequentes mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

#### *Desreconhecimento (baixa)*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- (ii) A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

#### *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e esse evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

#### *Caixa e equivalentes de caixa*

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. A abertura entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários por tipo de classificação está apresentada nas Notas 4 e 5.

#### *Títulos e valores mobiliários*

Os títulos e valores mobiliários são mensurados com base nas atualizações monetárias e registrados no resultado quando incorridos, não apresentando diferenças significativas em relação ao seu valor justo. Dessa forma, não houve ajuste ao valor justo em conta de patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018.

#### *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, para fornecer proteção contra o risco de variação do preço do alumínio e das taxas de câmbio, vide Nota 22 para mais detalhes.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

#### **Classificação entre curto e longo prazo**

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados e quando uma alocação confiável pode ser feita.

#### **Contas a receber**

Estão apresentadas a valores de realização. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, sendo efetuada uma avaliação individual por cliente que possui títulos em atraso.

#### ***Passivos financeiros***

##### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos e dividendos a pagar.

#### *Mensuração subsequente*

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### *Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

As práticas contábeis relacionadas a esses passivos financeiros são as mesmas já mencionadas nas práticas contábeis relacionadas aos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, por meio de contratos futuros, para a proteção da variação do preço de alumínio e das taxas de câmbio.

Estes instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, sob ganho ou perda com instrumentos financeiros, nos grupos de receitas e despesas financeiras, respectivamente. A Companhia não utiliza a prática de *Hedge Accounting*.

#### *Empréstimos e financiamentos*

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### *Contas a pagar a fornecedores*

Inclui obrigações de curto prazo com fornecedores de mercadorias para revenda, materiais e serviços e são mantidos a valores de liquidação.

#### *Valor justo de instrumentos financeiros*

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

### **3.3 Estoques**

Avaliados ao custo médio de aquisição não excedendo o seu valor de mercado.

As provisões para quebras de estoques, baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

### **3.4 Investimentos**

Os investimentos em controladas e na empresa sob controle compartilhado, são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça controle. Vide detalhes na Nota 3.1.

### **3.5 Propriedade para investimento**

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento podem ser reconhecidas ao custo histórico, menos provisão para depreciação e perda por redução ao valor recuperável ou podem ser apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou dessa conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Empresa contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

### **3.6 Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens para definição das taxas de depreciação.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 31 de dezembro de 2018, a Administração não identificou alterações em relação aos estudos realizados em exercícios anteriores.

### **3.7 Imposto de renda e contribuição social**

#### ***Imposto de renda e contribuição social - corrente***

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os valores de impostos a recolher são apresentados líquidos das antecipações. Os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

### **Impostos diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias e prejuízo fiscal.

Impostos diferidos ativos são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### **3.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

### **3.9 Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Administração da Companhia concluiu que não havia indicadores de *impairment* sobre seus ativos não financeiros.

### **3.10 Outros ativos e passivos**

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

### **3.11 Outros benefícios a empregados**

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários, contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, gratificações, plano de assistência médica e refeição. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

### **3.12 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia esperar que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. As despesas relativas a qualquer provisão são apresentadas na demonstração do resultado, líquidas do respectivo reembolso, se existir.

### **3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas**

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia e suas controladas estão mencionadas abaixo:

#### ***IFRS 16 - Arrendamentos***

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

#### ***Arrendamentos em que o Grupo é um arrendatário***

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas. Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros da Companhia. Com base nas informações atualmente disponíveis, a Companhia estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento de R\$ 5.870 a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia espera que a adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 não afete sua capacidade de cumprir com os acordos contratuais (covenants) de limite máximo de alavancagem em empréstimos.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	2.971	3.478	6.542	5.862
Aplicações Financeiras (FI Corp Plus)	100.645	-	101.934	-
Compromissadas (*)	751	1.650	751	42.702
	104.367	5.128	109.227	48.564

(\*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título pelos bancos, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos predeterminados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

Em 2018, as operações compromissadas são remuneradas por taxas que variam entre 50% e 80% do CDI (50% a 70% em 2017). As aplicações financeiras (FI Corp Plus), em 2018, são remuneradas por taxas que variam entre 98,23% a 98,28% do CDI.

#### 5 Títulos e valores mobiliários - circulante

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fundos de investimentos exclusivos	-	45.104	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	12.712
Total	-	45.104	-	12.712

A Companhia deixou de aplicar maior parte de seus títulos e valores mobiliários em fundos de investimentos exclusivos. Em 31 de dezembro de 2017, os valores contabilizados referentes aos fundos exclusivos estão avaliados ao valor justo por meio de resultado. De acordo com a Instrução CVM nº 408/04, os títulos e valores mobiliários representados por Fundos de Investimentos nos quais a Companhia possui participação exclusiva foram consolidados.



Abaixo apresentamos a composição dos títulos e valores mobiliários (controladora e consolidado):

Instituição financeira	Tipo de títulos e valores mobiliários	Companhia	2018	2017
<b>Controladora:</b>				
Banco Itaú S.A.	Fundo exclusivo Ômega	Cisa Trading	-	45.104
Banco Bradesco S.A.	Aplicações Compromissadas	Cisa Trading	-	1.416
Banco SAFRA	Aplicações Compromissadas	Cisa Trading	-	234
Banco Itaú S.A.	Aplicações Compromissadas	Cisa Trading	-	-
			<u>-</u>	<u>46.754</u>
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			<u>-</u>	<u>(1.650)</u>
			<u>-</u>	<u>45.104</u>
<b>Controladas:</b>				
Banco Itaú S.A.	Fundo exclusivo Ômega	Cisa Comércio	-	7.506
Banco Itaú S.A.	Fundo exclusivo Ômega	Cisafac	-	626
Banco Itaú S.A.	Fundo exclusivo Ômega	Cisarental	-	528
			<u>-</u>	<u>8.660</u>
<b>Total consolidado</b>			<u>-</u>	<u>55.414</u>
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)			<u>-</u>	<u>(42.702)</u>
Títulos e valores mobiliários			<u>-</u>	<u>12.712</u>

Abaixo apresentamos a composição do caixa e equivalentes de caixa consolidado (Nota 4):

	2018	2017
Caixa e bancos no país		
Cisa Trading S.A.	104.367	33.468
Cisa Comércio	217	20
Cisafac	745	90
Cisarental	743	17
Títulos e valores mobiliários	<u>-</u>	<u>12.712</u>
	106.072	46.307
Caixa e bancos no exterior		
Cisa Overseas Limited	2.905	2.114
Cisa Trading USA LLC	-	-
Cisa Trading Argentina S.A.	-	48
Cisa Trading Portugal	<u>250</u>	<u>95</u>
	<u>3.155</u>	<u>2.257</u>
	<u>109.227</u>	<u>48.564</u>

Apresentamos a seguir os títulos e valores mobiliários por modalidade:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Nota do Tesouro Nacional	-	40.088
Debêntures	-	1.650
Letra Financeira	-	13.676
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>55.414</b>

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e em instituições financeiras de primeira linha. Os títulos e valores mobiliários descritos acima são, substancialmente, remunerados com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os rendimentos do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram de 5,55% a 6,67% ao ano (6,70% a 10,05% em 2017).

## 6 Contas a receber

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Clientes no país	489.581	533.219	497.268	534.023
Provisão para risco de crédito (i) (Nota 11.a)	(4.638)	(2.888)	(4.873)	(2.888)
	<b>484.943</b>	<b>530.331</b>	<b>492.395</b>	<b>531.135</b>

- (i) A provisão para risco de crédito foi constituída com base em avaliação individual por cliente, nas operações de vendas de mercadorias, que possui títulos em atraso e foi considerada suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas com recebíveis.

A movimentação da provisão para risco de crédito se apresenta como segue:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	(4.263)	(4.263)
Provisão do exercício, líquida	1.375	1.375
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(2.888)</b>	<b>(2.888)</b>
Provisão do exercício, líquida	(1.750)	(1.985)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(4.638)</b>	<b>(4.873)</b>

A Companhia mantém constante análise de crédito de seus clientes, podendo requerer garantias reais sobre as vendas a prazo, porém a Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes é minimizado pelo fato de as vendas, em sua maioria, serem efetuadas para clientes de primeira linha.

## 7 Estoques

	<b>Controladora e consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Importação em andamento	247.657	261.196
Mercadorias em poder de terceiros	69.976	34.339
Mercadorias em estoque	6.849	14.172
Materiais auxiliares	116	33
	<b>324.598</b>	<b>309.740</b>

As mercadorias importadas por conta própria e por encomenda com cobertura cambial permanecem como estoques em formação até o momento do desembaraço aduaneiro, que não necessariamente ocorre simultaneamente à chegada da mercadoria no Brasil. Entretanto, essas mercadorias importadas podem permanecer por um período não determinado nos armazéns alfandegários até o seu desembaraço, que ocorre em prazo inferior a um ano.

A Companhia não registrou provisão para perdas, quebras, obsolescência e outras provisões por não possuir histórico e expectativa de perdas.

## 8 Impostos a recuperar

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	10.406	10.257	14.599	14.443
Imposto de Renda Retido na Fonte	-	2	844	467
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	1.406	78	1.406
Contribuição social retida na fonte	66	68	67	68
PIS e COFINS retido na fonte	2.424	5.305	2.429	5.305
Imposto de renda e Contribuição social sobre o lucro	9.731	5.665	11.471	8.097
Outros impostos	717	718	1.078	533
(-) Provisão para recuperação de ativos (ICMS) (i)	-	-	(5.949)	(5.951)
	<b>23.344</b>	<b>23.421</b>	<b>24.617</b>	<b>24.368</b>
(-) Circulante	<b>(22.561)</b>	<b>(22.638)</b>	<b>(23.307)</b>	<b>(23.267)</b>
Não circulante	<b>783</b>	<b>783</b>	<b>1.310</b>	<b>1.101</b>

- (i) A Companhia registrou provisão para perda de valor recuperável em montante avaliado pela administração, suficiente para cobrir eventuais perdas.

Os valores de impostos a recuperar foram gerados pela própria operação da Companhia e pela aquisição de ativos imobilizados operacionais e serão compensados com débitos futuros da mesma natureza e estão apresentados a valores de realização.

## 9 Outros créditos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Circulante				
Créditos a liberar - BANDES (i)	10.415	9.279	10.415	9.279
Adiantamentos a clientes (iii)	40.454	9.775	40.454	9.775
Adiantamentos a fornecedores no exterior	30.391	9.910	30.559	9.910
Adiantamentos a fornecedores no país	301	842	317	842
Outras contas a receber	12.839	6.660	12.839	6.660
	<u>94.400</u>	<u>36.466</u>	<u>94.584</u>	<u>36.466</u>
Não circulante				
Imóveis destinados a venda (iv)	7.515	7.515	7.515	7.515
Empréstimos partes relacionadas (nota 10)	-	-	20.559	17.480
Contas a receber de alienações em participações (ii)	5.492	5.481	5.492	5.481
Provisão de perda de valor recuperável (ii)	(4.594)	(4.594)	(4.594)	(4.526)
	<u>8.413</u>	<u>8.402</u>	<u>28.972</u>	<u>25.950</u>
	<u>102.813</u>	<u>44.868</u>	<u>123.556</u>	<u>62.416</u>

- (i) Referem-se a financiamento obtidos junto ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A. - BANDES por meio do sistema do Fundo para Desenvolvimento das Atividades Portuárias - FUNDAP.
- (ii) Referem-se à venda de ações oriundas de participações societárias temporárias, decorrentes de destinação dos CDBs para ações de Companhias com ações de empresas e posterior venda. Os valores estão apresentados pelo valor de venda das ações.
- (iii) Referem-se aos pagamentos de impostos efetuados pela Companhia no processo de importação de mercadoria nas operações de conta e ordem de seus clientes.
- (iv) Refere-se ao imóvel localizado na Ponta da Fruta que seria, inicialmente, utilizado pela Companhia para construção de um armazém geral no Estado do Espírito Santo, porém a administração decidiu continuar operando com armazéns de terceiros e pela venda do referido imóvel.

## 10 Partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados entre as partes relacionadas. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, estão sujeitos a juros e são liquidados em transferências bancárias.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas. Essa avaliação é realizada a cada exercício social, examinando-se a posição financeira da parte relacionada e do mercado no qual a parte relacionada atua.

A Companhia é garantidora de empréstimos e financiamentos de suas controladas.

As transações com partes relacionadas correspondem à compra e venda de mercadorias e serviços entre as empresas, operações de mútuo, adiantamentos e pagamento de dividendos, conforme segue:

	2018			2017		
	Ativo	Receitas	Despesas	Ativo	Receitas	Despesas
<b>Cisafac</b>						
Prestação de serviços	-	454	-	-	428	-
Dividendos a receber	205	-	-	198	-	-
<b>Cisarental</b>						
Dividendos a receber	-	-	-	397	-	-
	<b>205</b>	<b>454</b>	<b>-</b>	<b>595</b>	<b>428</b>	<b>-</b>

O saldo registrado na rubrica de outros créditos no valor de R\$ 20.559 (R\$ 17.480 em 2017) refere-se a empréstimo ao acionista majoritário da controladora da Cisa Trading na controlada Cisa Overseas Limited a vencer em 2020.

### **Remuneração e benefícios do pessoal-chave da Administração**

A Companhia considerou como “Pessoal-chave da Administração” os membros que ocupam cargos de gerência, diretoria, estatutárias ou não, bem como os membros do Conselho de Administração. Adicionalmente, a Companhia não realizou operações com os acionistas controladores.

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia tem como prática a concessão de assistência médica, seguro de vida, participação nos lucros, gratificações aos funcionários. O valor da remuneração e benefícios concedidos ao pessoal-chave da Administração foi de R\$26.472 em 31 de dezembro de 2018 (R\$26.884 em 2017), classificado na rubrica de “Despesas gerais e administrativas”.

## **11 Imposto de renda e contribuição social**

### **a. Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia e suas controladas apresentam saldo acumulado de diferenças temporárias.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	10.082	17.244	10.082	17.244
	<u>10.082</u>	<u>17.244</u>	<u>10.082</u>	<u>17.244</u>

**Composição das diferenças temporárias - controladora e consolidado**

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Provisão/reversão pis/cofins - Invest	-	16.896
Provisão de taxas e contribuições	18.063	16.329
Créditos tributários	13.556	15.162
Provisão para perda CI Funres	4.594	4.594
Provisão risco de crédito do contas a receber	4.638	2.888
Provisão/reversão PLR	-	1.138
Provisão indenização trabalhista	867	772
Provisão/reversão dissídio	-	300
Provisão de perda incentivos fiscais	200	200
Varição cambial com clientes	2.604	-
Reversão amortização intangível	(1.083)	(733)
Provisão/reversão leasing financeiro	(12.784)	(7.863)
Outras diferenças temporárias	(1.000)	1.036
	29.654	50.718
Alíquota combinada	34%	34%
	10.082	17.244

**b. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social**

A segregação entre o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido no resultado está abaixo

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Imposto de renda e contribuição social:				
Corrente	(24.278)	(4.342)	(24.286)	(4.434)
Provisão/Reversão de provisão para demandas judiciais	-	(21.645)	-	(21.645)
Diferido	(7.162)	(2.431)	(7.143)	(2.193)
	(31.440)	(28.418)	(31.429)	(28.272)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	94.553	77.666	94.542	77.520
Equivalência patrimonial (Nota 12)	(1.535)	4.143	(1.506)	1.691
	93.018	81.809	93.036	79.211
Resultado ajustado	93.018	81.809	93.036	79.211
Imposto de renda e contribuição social a alíquotas - 34%	(31.626)	(27.815)	(31.632)	(26.932)
Outros	186	(603)	203	(1.340)
	(31.440)	(28.418)	(31.429)	(28.272)
Alíquota efetiva	34%	35%	34%	36%

## 12 Investimentos

Os principais dados relativos às participações em empresas controladas e controlada em conjunto são os seguintes:

Investimentos		Quantidade de ações/quotas	Percentual de participação da Companhia	2018				2017			
				Patrimônio líquido da Investida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial registrada no exercício	Valor contábil dos investimentos	Patrimônio líquido da Investida	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Equivalência patrimonial registrada no exercício	Valor contábil dos investimentos
Cisa Comércio e Serviços S.A. isafac Corret. Seg. Agenc. de Cargas S.A.	(1)	200.000	99,99%	739	(88)	(88)	739	8.103	(2.125)	(2.365)	8.127
Cisarental Adm.de Bens Ltda.	(1)	10.000	99,98%	539	410	410	539	468	395	395	532
Cisa Trading Argentina S.A.	(1)	60.000.000	99,90%	25.604	(120)	(120)	25.604	25.554	397	397	25.525
Cisa Overseas Limited	(5)	-	-	-	-	-	-	-	(12)	(12)	-
Cisa Trading Portugal S.A - Cisa Trading USA LLC	(2)	5.005.000	100,00%	23.185	436	436	23.185	19.422	218	218	19.421
	(2)	200.000	100,00%	210	(609)	(609)	1.361	1.183	(1.080)	(1.080)	1.183
	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	(5)	-
<b>Subtotal</b>				-	-	29	51.428	-	-	(2.452)	54.788
<b>Consolidado:</b>											
Steel Warehouse Cisa Inds.de Aço Ltda.	(4)	192.000.000	50,00%	205.677	3.012	1.506	102.839	194.888	(3.382)	(1.691)	97.444
BANDES	(3)	10.827.451	-	-	-	-	100	-	-	-	100
<b>Subtotal</b>				-	-	1.506	102.939	-	-	(1.691)	97.544
<b>Total</b>				-	-	1.535	154.367	-	-	(4.143)	152.332

- (1) Os investimentos nestas controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras dessas controladas foram auditadas pelos mesmos auditores independentes da Companhia.
- (2) Esses investimentos são uma extensão dos negócios da Companhia no exterior e foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As informações financeiras dessas controladas foram revisadas pelo mesmo auditor da Companhia, na extensão necessária para o suporte à opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. Os efeitos de variação cambial sobre esses investimentos estão registrados na rubrica despesas financeiras. A Cisa Trading Portugal S.A, em 2017, aumentou seu capital social no montante de R\$1.435 e em 2018 aumentou em R\$774.
- (3) A Companhia possui ações classe PNB do BANDES - Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S.A., adquiridas através das conversões dos saldos residuais dos Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), provenientes dos financiamentos do Fundo para Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), que não foram aplicados em projetos próprios ou de terceiros de acordo com a legislação vigente e estão avaliados pelo método de custo.
- (4) Investimento em parceria com uma companhia americana, formando uma joint venture, reconhecida a equivalência patrimonial sem a consolidação por possuir controle compartilhado.
- (5) A Companhia decidiu descontinuar as operações das controladas Cisa Trading Argentina S.A., e Cisa Trading USA LLC sendo os valores de balanços que foram liquidados durante do exercício de 2018. (nota 3.1)

Abaixo segue a movimentação no investimento das participações em controladas e controlada em conjunto:

<b>Investimentos</b>	<b>Valor contábil dos investimentos em 2017</b>	<b>Aumento (redução) Capital</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Equivalência patrimonial</b>	<b>Valor contábil dos investimentos</b>
Cisa Comércio e Serviços S.A.	8.127	(7.300)	-	(88)	739
Cisafac Corret. Seg. Agenc. de Cargas S.A.	532	-	(403)	410	539
Cisarental Adm.de Bens Ltda.	25.525	-	200	(121)	25.604
Cisa Overseas Limited	19.421	-	-	3.764	23.185
Cisa Trading S.A - Portugal	1.183	774	-	(596)	1.361
<b>Subtotal</b>	<b>54.788</b>	<b>(6.526)</b>	<b>(203)</b>	<b>3.369</b>	<b>51.428</b>
Steel Warehouse Cisa Inds.de Aço Ltda.	97.444	3.889	-	1.506	102.839
Bandes Bco Desenvolvimento ES	100	-	-	-	100
<b>Subtotal</b>	<b>97.544</b>	<b>3.889</b>	<b>-</b>	<b>1.506</b>	<b>102.938</b>
<b>Total</b>	<b>152.332</b>	<b>(2.637)</b>	<b>(203)</b>	<b>4.875</b>	<b>154.367</b>

### 13 Propriedades para investimento

	<b>Consolidado</b>		
	<b>Terrenos</b>	<b>Edificações</b>	<b>Total</b>
Taxas de depreciação		4%	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>20.662</u>	<u>1.991</u>	<u>22.653</u>
Depreciação do exercício	-	(37)	(37)
Transferência para Imobilizado	(1.672)	895	(777)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>18.990</u>	<u>2.849</u>	<u>21.839</u>

As propriedades para investimento são registradas ao custo histórico, menos depreciação e perda por redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia efetuou avaliações realizadas por empresa especializada para apurar o valor justo dos imóveis, assim como a necessidade de registro de perda do valor recuperável. O valor justo dos imóveis foi determinado com base nas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Para a avaliação dos terrenos adotou-se o método comparativo e para avaliação das edificações adotou-se o método do custo de reprodução. A avaliação dos imóveis considerou-os livres de qualquer ônus, ações ou desapropriações.



O valor de mercado dos imóveis foi avaliado em R\$36.097 em 2018 (R\$34.400 em 2017). A administração da controlada avaliou o cenário econômico e os impactos sobre o valor dos imóveis em 31 de dezembro de 2018 e concluiu que os valores não sofreram alterações significativas.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado do imóvel é superior ao custo histórico, líquido de depreciações e provisões de perdas. Portanto, não foi registrada perda ao valor recuperável.

## 14 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Instituição financeira	Moeda	Vencimento final	Controladora e Consolidado		Garantias
				2018	2017	
Linhas de crédito (i) Leasing e Finame	Citibank, Bradesco, Itaú, Santander, Banco do Brasil, Safra, Banco ABC,	US\$/EUR	Até 29/11/2019	494.445	459.070	Sem aval
				10.172	15.770	
Operacional (ii)	Banestes e Bradesco BANDES	R\$	Diversos	6.804	6.602	Sem aval
		R\$	Diversos	<u>511.421</u>	<u>481.442</u>	
(-) Circulante				<u>(501.584)</u>	<u>(463.438)</u>	
Não Circulante				<u>9.837</u>	<u>18.004</u>	

- (i) Desde 2011, a Companhia opera com linhas de crédito em moeda estrangeira (FINIMP) com as instituições financeiras Citibank, Bradesco, Itaú, entre outros, concedidas com prazos determinados. Tais operações visaram permitir flexibilidade nos fluxos de caixas da Companhia nas operações de importação para alguns de seus clientes. O prazo médio para o pagamento dos FINIMP não é superior a 295 dias.
- (ii) Financiamento de operações realizadas através do Fundo para Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos contendo cláusulas restritivas ou de aceleração de dívida (*Covenants*).

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa das atividades de financiamento

Saldo inicial 31/12/2017	Captação de empréstimos	Pagamentos de empréstimos (principal e Juros)	Saldo em 31/12/2018
481.442	1.395.363	1.365.384	511.421

## 15 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fornecedores internacionais	251.035	254.448	257.959	254.500
Fornecedores nacionais	7.098	9.243	7.639	9.270
	<u>258.133</u>	<u>263.691</u>	<u>265.598</u>	<u>263.770</u>

## 16 Adiantamentos de clientes

Os saldos de adiantamento de clientes correspondem a valores recebidos de clientes no processo de contratação de importações na modalidade por conta e ordem e serão liquidados contra as contas a receber no momento do encerramento do processo de nacionalização ou transmissão de posse dos produtos importados.

## 17 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
ICMS	7.467	8.127	7.467	8.127
IPI	5.884	3.513	5.884	3.513
Imposto de renda e contribuição social	-	-	66	8
Programa de recuperação fiscal - REFIS	2.970	2.971	2.970	2.971
COFINS	-	-	10	3
PIS	-	-	2	1
Impostos a pagar Nacionalização	9.826	-	9.826	-
Outros impostos e contribuições	461	453	560	456
	<u>26.608</u>	<u>15.064</u>	<u>26.785</u>	<u>15.079</u>
Passivo não circulante				
Programa de recuperação fiscal - REFIS/PERT (i)	29.824	29.149	29.824	29.149
	<u>56.432</u>	<u>44.213</u>	<u>56.609</u>	<u>44.228</u>

### (i) Programas de parcelamentos de débitos fiscais

Em 10 de novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT, instituído pela lei nº 13.496/17. O valor atualizado do débito foi reduzido de R\$119.794 para R\$32.120, tal fato aconteceu pela redução da multa e juros e também pela antecipação no montante de R\$17.522 restando o saldo a ser pago em 145 parcelas.

## 18 Outros passivos

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Contas a pagar a terceiros por serviços prestados	16.464	15.474	17.537	17.134
Participações de funcionários nos lucros a pagar	-	1.401	-	1.401
Provisões de férias e encargos	5.658	5.011	5.658	5.011
Obrigações sociais	2.304	2.112	2.304	2.113
Provisão Indenização Trabalhista	840	-	840	-
Seguros e fretes internacionais a pagar	2.593	1.098	2.593	1.098
Provisão para taxas portuárias	4.289	2.884	4.289	2.884
Outras contas a pagar	950	2.214	2.109	2.656
	33.098	30.194	35.330	32.297
(-) Circulante	(19.237)	(14.720)	(19.504)	(14.859)
Não circulante	13.861	15.474	15.826	17.438

## 19 Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Provisão para demandas judiciais	67.953	92.006	67.053	91.106
(-) Depósitos judiciais	(82.656)	(80.760)	(83.642)	(82.041)
	(14.703)	11.246	(16.589)	9.065

As provisões para demandas judiciais foram constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais, trabalhistas e cíveis, com expectativa de perda provável, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos. Para alguns desses processos, a Companhia efetuou depósitos judiciais, os quais serão liberados apenas quando houver sentença final favorável.

	Demandas cíveis	Demandas fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<b>900</b>	<b>64.101</b>	<b>65.001</b>
Constituída durante o exercício	-	30.315	30.315
Atualização monetária	-	(507)	(507)
Reversão de provisões	-	(2.803)	(2.803)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<b>900</b>	<b>91.106</b>	<b>92.006</b>
Constituída durante o exercício	-	3.278	3.278
Atualização monetária	-	743	743
Reversão de provisões (i)	-	(28.074)	(28.074)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<b>900</b>	<b>67.053</b>	<b>67.953</b>

- (i) Em 2018 foram revertidas provisões de Pis e Cofins sobre os créditos de incentivo fiscal Invest-ES em função do acórdão favorável no montante de R\$27.684.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava causas trabalhistas, cíveis e tributárias avaliadas como perdas possíveis no montante de R\$1.783 (R\$1.783 em 2017).

## 20 Patrimônio líquido

### Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 61.550 em 31 de dezembro de 2018 e 2017, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 5.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

### Reserva legal

A reserva legal é constituída com a destinação de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício até alcançar o limite de 20% (vinte por cento) do capital integralizado. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não constituiu reserva por ter atingido o limite de 20% do capital social.

### Reservas estatutárias

Com base no estatuto, os acionistas poderão, a cada exercício social, deliberar sobre a destinação de partes dos lucros líquidos apurados para uma conta de reservas estatutárias, que tem o intuito de incrementar o capital de giro da Companhia para o financiamento dos seus clientes nas operações de importações por encomenda. O montante a ser destinado para a conta de reservas estatutárias ficará limitado ao valor de R\$ 49.240.

### Reserva para contingências

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 20 de junho de 2018 foi aprovada a constituição de reserva para contingências no valor de R\$ 24.624 (R\$12.090 em 2017), em conformidade ao artigo 195 da Lei nº 6.404. Esse montante foi proveniente da proposta de dividendos adicionais elaborada pela Administração da Companhia em 2017 relativos ao lucro líquido ao exercício findo em disponibilidade financeira em suas atividades para atender a eventuais perdas futuras em face do cenário econômico atual.

A constituição da reserva se deu com a transferência dos dividendos adicionais propostos pela Administração em 2018, relativos ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### Dividendos

O estatuto da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 50% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro líquido do exercício da controladora	63.113	49.248
Constituição da reserva legal até 20% do capital	-	-
Lucro líquido após apropriação da reserva legal	63.113	49.248
Dividendo mínimo obrigatório - 50%	<u>31.556</u>	<u>24.624</u>

### Proposta de distribuição de dividendos adicionais

Como parte das destinações do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de R\$31.556 (R\$24.624 em 2017 deliberada na AGO de 20 de junho de 2018) foi destinado para proposta de distribuição de dividendos adicionais a qual será apreciada em Assembleia Geral dos Acionistas, que ocorrerá em 2019.

## 21 Resultado

### (a) Receita líquida de vendas e prestação de serviço

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Receitas com vendas	3.449.686	2.518.953	3.452.527	2.519.675
Receitas com serviços	87.783	64.969	93.936	65.423
Receitas com locação de equipamentos	12.269	12.443	12.664	13.170
Impostos sobre vendas e serviços	(623.750)	(513.881)	(623.790)	(513.934)
Vendas Canceladas/Devoluções	(5.146)	(11.794)	(5.146)	(11.794)
<b>Receita líquida de vendas e prestação de serviços</b>	<b>2.920.842</b>	<b>2.070.690</b>	<b>2.930.191</b>	<b>2.072.540</b>

### (b) Custos e despesas por natureza e função

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Por função:				
Custos dos produtos vendidos	(2.610.844)	(1.884.305)	(2.613.394)	(1.885.208)
Custos dos serviços prestados	(52.308)	(37.336)	(52.308)	(37.336)
Despesas comerciais	(15.300)	(12.312)	(15.300)	(12.312)
Despesas gerais e administrativas	(92.852)	(95.160)	(94.788)	(97.169)
Despesas tributárias	(9.729)	(13.816)	(9.871)	(14.001)
Redução com Parcelamento de Tributos - PERT	-	70.152	-	70.152
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29.872	1.115	29.328	172
	<b>(2.751.161)</b>	<b>(1.971.662)</b>	<b>(2.756.333)</b>	<b>(1.975.702)</b>
	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Por natureza:				
Custo dos produtos vendidos	(2.610.844)	(1.884.305)	(2.613.394)	(1.885.208)
Custos dos serviços prestados	(52.308)	(37.336)	(52.308)	(37.336)
Despesas com pessoal	(63.047)	(69.765)	(64.725)	(71.412)
Prestação de serviços administrativos	(7.005)	(6.014)	(7.550)	(6.513)
Impostos e taxas (i)	(9.728)	(13.816)	(9.903)	(13.924)
Despesas com ocupação	(4.826)	(4.721)	(4.851)	(4.747)
Despesas com comunicação	(1.188)	(1.432)	(1.196)	(1.440)
Despesas com viagem	(1.463)	(1.406)	(1.464)	(1.406)
Despesas de desembaraço, fretes e outras	(13.551)	(13.687)	(13.551)	(13.687)
(Provisão) reversão para risco de crédito de contas a receber (Nota 6)	(1.750)	1.375	(1.749)	1.375
Provisão de demandas judiciais (Nota 19)	24.053	(27.005)	24.053	(27.005)
Redução com Parcelamentos de Tributos - PERT	-	70.152	-	70.152
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(9.504)	16.298	(9.695)	15.449
	<b>(2.751.161)</b>	<b>(1.971.662)</b>	<b>(2.756.333)</b>	<b>(1.975.702)</b>

- (i) Refere-se principalmente a PIS e COFINS sobre outras receitas, despesas com IPTU e FEEF - Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

**(c) Resultado financeiro, líquido**

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva, líquida	(88.688)	-
Despesas com títulos descontados	(710)	(931)
Juros passivo de financiamento à importação	(4.028)	(3.159)
Descontos concedidos	(7.998)	(13.591)
Juros líquidos sobre tributos em juízo	(743)	(443)
Juros sobre REFIS	(3.527)	(6.265)
Perda com operações <i>swap/hedge</i>	(14.000)	(19.328)
Outras	(4.163)	(3.938)
	(123.857)	(47.655)
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa, líquida	-	316
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários	3.358	9.856
Juros auferidos sobre faturamento	12.426	13.235
Juros ativos de clientes	1.123	1.206
Descontos financeiros obtidos com financiamentos	38	36
Desconto obtido fornecedores	2.898	970
Ganho com operações <i>swap/hedge</i>	22.961	3.176
Juros com mútuos	1	3
Atualização depósitos judiciais	1.649	950
Atualização pedido restituição impostos	2.388	-
Outras	351	688
	47.193	30.436
Resultado financeiro, líquido controladora	(76.663)	(17.219)
Empresas controladas, líquido	(4.158)	(409)
Resultado financeiro, líquido consolidado	(80.822)	(17.628)

## 22 Instrumentos financeiros

### (1) Considerações gerais

A Companhia utiliza instrumentos financeiros com o objetivo de eliminar a exposição a riscos de mercado (câmbio). A Administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de *hedge* natural, onde os efeitos cambiais nas operações da Companhia são repassados para seus clientes.

Os instrumentos financeiros foram marcados a mercado em 31 de dezembro de 2018 e devidamente registrados em contas patrimoniais. A metodologia de marcação a mercado envolve parâmetros totalmente verificáveis, extraídos do Banco Central do Brasil.

Em 31 de dezembro de 2018, os principais instrumentos financeiros da Companhia eram:

- Caixa e equivalentes de caixa - correspondem aos saldos de caixa pequeno, conta corrente bancária, além de títulos e valores mobiliários de curto prazo. O valor de mercado equivale ao contábil;
- Títulos e valores mobiliários - correspondem a títulos de valores mobiliários registrados inicialmente ao valor justo por meio do resultado. Está registrado pelo valor de realização;

- Instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo) - correspondem a proteção da variação do preço do alumínio e da taxa de câmbio;
- Contas a receber - recebíveis oriundos das vendas a prazo classificados ao valor de realização;
- Partes relacionadas - registra operações de contas a receber com partes relacionadas. Está registrado a valor de realização;
- Depósitos judiciais - valores depositados relativos a processos judiciais. Encontra-se registrado ao valor estimado de realização;
- Empréstimos e financiamentos - operações de empréstimos e financiamentos operacionais da Companhia. Esses passivos financeiros foram classificados como mensuráveis ao valor justo;
- Fornecedores - valores a pagar pela compra de mercadorias para revenda. Encontra-se registrado ao valor de liquidação;
- Dividendos a pagar - valores a pagar para os acionistas, relativo a resultados auferidos pela Companhia. Encontra-se registrado ao valor estimado de liquidação.

***Quadro-resumo dos principais instrumentos financeiros - ativos e passivos***

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa e equivalentes de caixa	104.367	5.128	109.227	48.564
Títulos e valores mobiliários	-	45.104	-	12.712
Instrumentos financeiros derivativos	15.758	612	15.758	612
Contas a receber	484.943	530.331	492.395	531.135
Partes relacionadas	205	595	-	-
Depósitos judiciais	82.656	80.760	83.642	82.041
Empréstimos e financiamentos	(511.421)	(481.442)	(511.421)	(481.442)
Fornecedores	(258.133)	(263.691)	(265.598)	(263.770)
Instrumentos financeiros derivativos	(1.509)	(5.548)	(1.509)	(5.548)
Dividendos a pagar	(31.557)	(24.624)	(31.557)	(24.624)

Os valores de mercado se equiparam aos saldos contábeis.

***Hierarquia de valor justo***

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível 1:** preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2:** outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- **Nível 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

2018	Controladora		Consolidado		
	Nível	Vencimento até 1 ano	Vencimento após 1 ano	Vencimento até 1 ano	Vencimento após 1 ano
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	2	104.367	-	109.227	-
Títulos e valores mobiliários	2	-	-	-	-
Contas a receber	2	484.943	-	492.395	-
Partes relacionadas	2	205	-	-	-
Depósitos judiciais	2	-	82.656	-	83.642
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos	2	(501.584)	(9.837)	(501.584)	(9.837)
Fornecedores	2	(258.133)	-	(265.598)	-
Dividendos a pagar	2	(31.557)	-	(31.557)	-
Empréstimos e financiamentos	2	-	-	-	-
<b>2017</b>					
	Controladora		Consolidado		
	Nível	Vencimento até 1 ano	Vencimento após 1 ano	Vencimento até 1 ano	Vencimento após 1 ano
<b>Ativos financeiros</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	2	5.128	-	48.564	-
Títulos e valores mobiliários	2	45.104	-	12.712	-
Contas a receber	2	530.331	-	531.135	-
Partes relacionadas	2	595	-	-	-
Depósitos judiciais	2	-	80.760	-	82.041
<b>Passivos financeiros</b>					
Empréstimos e financiamentos	2	(463.438)	(18.004)	(463.438)	(18.004)
Fornecedores	2	(263.691)	-	(263.770)	-
Dividendos a pagar	2	(24.624)	-	(24.624)	-
Empréstimos e financiamentos	2	-	-	-	-

## (2) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros disponíveis para venda e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

### (2.1) Risco cambial

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio está suscetível às variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte-americano. Devido às considerações descritas no item 1 (Considerações gerais), o risco cambial para qualquer cenário é imaterial nas demonstrações financeiras da Companhia.



A seguir apresentamos a apuração do saldo de instrumentos financeiros derivativo, relativos a risco de câmbio, em 31 de dezembro:

2018	Data		Notional			
	Operação	Emissão	Vencimento	Valor em moeda estrangeira	Valor histórico	Valor do contrato futuro
NDF	Out/2018	08/02/2019	187	702	(726)	24
NDF	Nov/2018	07/01/2019	52	231	(230)	(1)
NDF	Dez/2018	20/02/2019	35	137	(138)	1
NDF	Dez/2018	07/03/2019	194	757	(755)	(2)
NDF	Dez/2018	07/03/2019	194	764	(756)	(8)
						<b>14</b>

  

2017	Data		Notional			
	Operação	Emissão	Vencimento	Valor em moeda estrangeira	Valor histórico	Valor do contrato futuro
NDF	Out/2017	17/01/2018	714	2.324	(2.365)	41
NDF	Dez/2017	04/01/2018	20	67	(66)	(1)
NDF	Dez/2017	19/01/2018	39	155	(156)	1
						<b>41</b>

**(2.2) Risco commodities**

A Companhia, em alguns casos, adquire e revende por encomenda de determinados clientes produtos que possuem cotação referenciada em bolsa internacional (*London Metal Exchange*).

Objetivando reduzir sua exposição às variações do preço do produto no mercado internacional, a Companhia contrata operações de *hedge* com o intuito de reduzir o descasamento entre os preços de venda e de compra.

A seguir apresentamos a apuração do saldo de instrumentos financeiros derivativo em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

2018	Data		Notional				
	Mercadoria	Emissão	Vencimento	Valor em moeda estrangeira	Valor histórico	Valor do contrato futuro	Instrumento financeiro derivativo
	Alumínio	2018	2019	124.929	483761	(469.104)	14.658
	Alumínio	2017	2018	36.430	120.193	(125.129)	(4.936)

**(2.3) *Risco de taxa de juros***

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

O risco de taxa de juros decorre da atualização do parcelamento de impostos referenciada à SELIC e títulos e valores mobiliários referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

**(2.4) *Risco das contas a receber e crédito***

O crédito é um importante instrumento de promoção de negócios de importação e alavanca o poder de venda dos produtos da Companhia com seus clientes. A política para sua concessão está ligada ao nível de risco de crédito que a Companhia estiver disposta a incorrer.

A Companhia efetua uma minuciosa análise na concessão de crédito aos clientes. Esse trabalho envolve avaliações de natureza quantitativa e qualitativa do cliente, não se dispensando a análise do setor em que ele atua. Essa análise leva em conta o eventual histórico do cliente com a Companhia, a verificação de sua situação cadastral de uma avaliação sobre a sua solidez econômica-financeira atual e suas perspectivas para o futuro. Portanto, a Administração da Companhia concluiu que o risco de contas a receber e crédito é reduzido.

**(2.5) *Risco de liquidez***

A Companhia mantém um nível seguro de disponibilidade de caixa e tem acesso a recursos imediatos, próprios ou de terceiros, o que lhe permite financiar operações de determinados clientes.

**(2.6) *Garantias***

Em julho de 2015 a Companhia prestou aval solidário com os acionistas em contratos de empréstimos com o Banco Itaú-BBA International PLC-Portugal, no valor total de 46.093 Euros, com vencimento em 12 de junho de 2020, referente à aquisição de participação acionária pelos seus acionistas em empresa portuguesa denominada BCR-SGPS (empresa de concessão rodoviária em Portugal). Em virtude dos pagamentos efetuados a dívida foi reduzida e em 2018 é de 14.534 Euros.

## **23 Cobertura de seguros**

A Companhia mantém cobertura de seguros, para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados e seus estoques por valor que considera adequado para fazer face aos riscos envolvidos em sua operação. Possui seguro de riscos de cobertura dos ativos patrimoniais e lucros cessantes. Em 31 de dezembro de 2018, os ativos cobertos na apólice de seguros montam a R\$438.263 (R\$415.043 em 2017), tendo como limite máximo de indenização o montante de R\$269.150 (R\$250.054 em 2017).

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

## **24 Operações de importação por conta própria, por encomenda e por conta e ordem (Controladora)**

Demonstramos abaixo o montante bruto das operações realizadas por conta própria, por encomenda e por conta e ordem:

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Total das operações realizadas	<u>8.187.476</u>	<u>6.143.570</u>
Importações por conta própria e por encomenda:	<u>3.562.163</u>	<u>2.609.600</u>
Vendas brutas	3.449.614	2.518.953
Prestação de serviços e locação de equipamentos	100.123	77.412
Encargos financeiros sobre vendas e prestações de serviços	12.426	13.235
Importações por conta e ordem	4.625.312	3.533.970